



## **INFORMATIVO ABIOVE SOBRE SUSTENTABILIDADE DA SOJA**

05 de novembro de 2007

### **OFICINA SOBRE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL**

A Casa Civil da Presidência da República, o Ministério do Meio Ambiente, o INCRA e, o MI em parceria com a EMBRAPA e, o Grupo de Trabalho da Soja-GTS, organizaram uma Oficina sobre Licenciamento Ambiental e Regularização Fundiária na Amazônia Legal, que ocorreu em Brasília, nos dias 30 e 31 de outubro de 2007.

O objetivo do encontro foi elaborar uma agenda de trabalho entre a Administração Pública, o Setor Produtivo e a Sociedade Civil Organizada, para agilizar a regularização ambiental e fundiária das atividades agropecuárias na Amazônia Legal.

Estiveram presentes no evento representantes do Ministério de Meio Ambiente, Promotoria Pública, INCRA, Secretarias de Meio Ambiente e Institutos de Terra dos Estados que integram a Amazônia Legal, Associações, ONG's Ambientais e Sociais, Bancos, entre outros.

As apresentações se pautaram no entendimento sobre a importância do licenciamento ambiental e regularização fundiária das propriedades rurais, sob a ótica de como os Estados estão tratando estes assuntos e, da demanda existente por informações ambientais atualizadas sobre o status de ocupação e uso de solo, dos desmatamentos ilegais existentes no Bioma Amazônia, bem como, aplicação do Código Florestal.

O Presidente da ABIOVE Carlo Lovatelli participou da abertura do evento. Fabio Trigueirinho, secretário da ABIOVE apresentou ações que estão sendo realizadas dentro do GTS, dando maior detalhamento sobre o Mapeamento e Monitoramento da Moratória da Soja, que será realizado através da utilização de imagens de satélite do INPE-DETER e SAD-IMAZON. A empresa Globalsat, verificará se ocorreu plantios de soja em áreas desflorestadas após o anúncio da Moratória. (vide exposição da ABIOVE no site [www.abiove.com.br](http://www.abiove.com.br))

A Moratória da Soja, uma ação de iniciativa do setor privado através da ABIOVE e parceria com a Sociedade Civil Organizada (Articulação Soja Brasil, CI-Brasil, Greenpeace, IPAM, TNC e WWF-Brasil), pode contribuir de forma positiva incentivando a implementação do Sistema de Licenciamento Ambiental da Propriedade Rural-SLAPR nos Estados, que entre outras necessidades visa a identificação, monitoramento e controle dos desmatamentos (foco da Moratória).

Nas apresentações dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, verificou-se que praticamente todos os Estados enfrentam dificuldades com as regularizações requeridas, sejam de ordem técnica (capacitação), financeira (aquisição de bens) ou, logística (obtenção de informações complementares com outros órgãos), porém ações estão sendo definidas e implementadas para melhoria do sistema.

Foram organizados dois grupos de trabalho que discutiram recomendações para articulação pelos segmentos público, privado e civil, no que diz respeito à adequação, tecnificação e aceleração para implementação dos sistemas de licenciamento e regularização ambiental nos Estados.

No contexto geral, observou-se um maior esforço dos segmentos envolvidos para que as ações desenvolvidas com a finalidade de regularizar as questões de atividade e ocupação agropecuária na Amazônia Legal ocorram com maior sinergia para obtenção de resultados satisfatórios.